



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá
Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso: 909518/2020
- 1.2. Nome do Projeto: Construção de Espaço para Feira Pública no Município de Tarauacá/AC.
- 1.3. Localização da Obra: Rua João Pessoa, SN, Ipepaconha, Tarauacá, Acre.
- 1.4. Requisitante: Prefeitura de Tarauacá.

2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O Estudo Técnico Preliminar faz-se necessário para instrução de procedimento licitatório para Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Construção de Espaço para Feira Pública no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Convênio nº 909518/2020, celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e a Prefeitura de Tarauacá.
- 3.2. O referido projeto é oriundo de solicitação da Prefeitura de Tarauacá junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional.
- 3.3. Desempenhando suas atribuições, a Prefeitura de Tarauacá, sendo responsável, entre outras, por gerir as políticas públicas, sociais e culturais do referido município, identificou a necessidade de construção desta feira, para resolver um problema da falta de infraestrutura para a comercialização de produtos agrícolas.



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

3.4. Deste modo, para garantir melhores condições de vida à população de Tarauacá, descreve-se a necessidade da Construção de Espaço para Feira Pública no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Convênio nº 909518/2020, celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e a Prefeitura de Tarauacá.

4. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA

4.1. O Plano de Trabalho Anual é um instrumento gerencial que permite especificar o detalhamento das ações em termos de produto, responsáveis, prazos, tarefas, insumos e custos necessários para a entrega das metas físicas anuais, compondo os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual (LOA). É um instrumento de planejamento tático/operacional que contribui para que o Orçamento Público cumpra com sua finalidade de planejamento de curto prazo, contribuindo ainda para que as decisões de alocação de dotações orçamentárias sejam orientadas para atingir objetivos previamente estabelecidos (objetivo da ação, do programa e objetivos estratégicos de governo).

4.2. Assim, informa-se que nos termos do Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD 2024 e para fins que se fizerem necessários, o objeto Construção de Espaço para Feira Pública no Município de Tarauacá/AC, está previsto no Plano de Contratação Anual, sob o elemento de despesa 4.4.90.51.00, Projeto Atividade 1.04.04.1.200 – Construção de Espaço para Feira Pública, com R\$ 1.000.000,00 de fonte 0700 – Obras e Instalações (Convênio) e R\$ 95.481,90 de fonte 0500 – Obras e Instalações (RP), previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA – 2024), compatível com o Plano Plurianual (PPA-AC 2024-2027) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - 2024) vigentes, nos termos Lei.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Todos os serviços necessários para a execução da obra deverão ser executados conforme o prescrito nos projetos fornecidos, nas normas vigentes sobre cada assunto e nas orientações dos fabricantes dos materiais empregados na obra;

5.2. Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

5.3. A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

5.4. O orçamento e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

5.5. A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. A demanda prevista é resultado do programa de necessidades estabelecido pelo órgão demandante que resulta no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

6.2. Cada etapa do projeto que irá ser construída foi pensada para atender as necessidades proposta do solicitante e no recurso disponível, trazendo benefícios aos usuários.

6.3. O objeto ficou caracterizado da seguinte maneira:

6.3.1. A área construída será de 787,28 m², onde possuirá sete boxes para venda de produtos, uma sala para administração, um DML, uma sala para higienização, dois boxes para açougue/peixaria, duas salas para câmaras frias, dois WCs acessíveis e dois banheiros coletivos, além de calçadas e estacionamento.

7. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS

7.1. É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.

7.2. Como Execução Direta do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

7.3. Já a Execução Indireta se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessitado ou fornecer o produto almejado. Tal espécie de execução do objeto contratado se dá através das seguintes formas: Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Tarefa; Empreitada Integral.

7.4. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço global.**

7.5. A demanda prevista será resultado dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação. Documentos anexos.

7.6. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

7.6.1. Da modalidade de licitação: **Concorrência.**

7.6.2. A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.6.3. A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

7.6.4. A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

7.6.5. Do critério de julgamento: **Menor preço:**

7.6.6. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

7.6.7. Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

7.6.8. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a referência principal para a elaboração de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico. Na falta da composição referenciada pela Tabela SINAPI, deverá conter a pesquisa de preços, conforme citado no Art. 41, §1º, do Decreto nº 129, de 26 de dezembro de 2023.

8.2. Com isso, baseado no orçamento aprovado, **o valor para esta obra é de R\$ 1.095.481,90 (um milhão e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e noventa centavos).**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços.

9.2. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos.



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá
Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1. O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

10.2. Para execução deste tipo de objeto, ainda que exista viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são independentes, o eventual o atraso em uma etapa construtiva poderá implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

10.3. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

10.4. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Os resultados esperados são: o aumento da oferta de produtos hortifrutigranjeiro na cidade, diminuição do êxodo rural, aumento da renda dos agricultores familiares e diversificação da produção agrícola.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Trata-se de providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

12.2. Visando a correta execução deste objeto não observou-se necessidade de adequação estrutural prévia, nem contratação de pessoal por parte da administração ou qualquer tipo de contratação para celebrar a objeto pretendido.

12.3. A administração deverá fornecer antes de contratação:

- A) O Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- B) Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei Federal nº 14.133/21);
- C) Elaboração do Edital de Licitação;
- D) Entre outros.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES

13.1. As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. Já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração.

13.2. Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público. Tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) a observância de normas e critérios de sustentabilidade;



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá
Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

- b) o emprego apurado dos recursos públicos;
- c) conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- f) observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

14.2. Em seu art. 45, a Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra contratada.

14.3. Na mesma interpretação, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

14.4. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

14.5. Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que dispõe que deve, o Projeto Básico, conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.



Estado do Acre
Prefeitura de Tarauacá

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN

14.6. Diante disso, na execução da obra, deverão a contratante e a contratada proceder com a observância das normas de proteção ambiental, cabendo à Administração a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a contratada o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

15.2. A Prefeitura de Tarauacá não possui atribuição para a execução da obra proposta, diretamente, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista as necessidades já apresentadas.

15.3. Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a Construção de Espaço para Feira Pública no Município de Tarauacá/AC, em atendimento ao Convênio nº 909518/2020, celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Regional e a Prefeitura de Tarauacá, segundo as condições e especificações previstas neste ETP.

Tarauacá, 13 de setembro de 2024.

ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA

Assessora Técnica em Engenharia

Portaria nº 488/2023